Em webinar, empresa analisa o desempenho das principais economias do mundo e do Brasil no próximo ano

A Coface Brasil realizou nesta quinta-feira (27/11) o webinar “Forecast Econômico 2026”, traçando um cenário dos desafios e oportunidades para as principais economias mundiais e países latino-americanos, incluindo o Brasil, no próximo ano, ainda sob impacto da guerra tarifária norte-americana. Os especialistas da empresa projetam desaceleração do crescimento econômico global, com efeito sobre índices inflacionários e taxas de juros básicas nos países em análise, bem como um aumento da corrida pelo mercado de terras raras, insumo relevante para a produção de produtos modernos, como celulares, computadores e veículos elétricos.

Com a participação da economista para a América Latina, Patricia Krause, e do chefe de estudos macroeconômicos, Bruno Fernandes, o evento apresentou que a economia brasileira e latino-americana crescerá abaixo da média mundial. O Brasil deverá expandir 1,9% em 2026, ante previsão de 2,2% para este ano, enquanto o crescimento médio projetado para a América Latina é de 2,2% em 2026, semelhante aos 2,1% previstos para 2025. Conforme Krause, a desaceleração gradual do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil decorre, principalmente, das condições restritivas para investimentos diante da alta taxa de juros básicos.

“Em comparação a outros mercados, os juros no Brasil ainda são muito altos. A projeção é que as autoridades monetárias comecem a reduzir a Selic em janeiro de 2026, mas de forma gradual. Embora o mercado tenha revisado as projeções para o fim de 2026, a expectativa ainda é de 12%, um nível bastante elevado. Isso mantém os juros reais próximos de 8%, impactando fortemente não apenas a capacidade de investimento, mas também a capacidade de pagamento por parte das empresas e dos consumidores”, explicou Patrícia Krause.

A Coface estima crescimento de 2,5% para a economia global em 2026, o menor dessa década, mas bastante em linha com os 2,6% estimados para 2025. Estados Unidos devem crescer 1,7%, China, 4,4%, e Índia 6,3% no próximo ano. Para a Europa, é esperada expansão lenta em todos os países, exceto Espanha (2,1%), com Alemanha, França, Itália e Reino Unido não ultrapassando 1%, segundo Bruno Fernandes.

Boa parte do avanço da economia norte-americana, disse Fernandes, virá de investimentos previstos em Inteligência Artificial (IA), já que a política tarifária dos Estados Unidos não rendeu os resultados esperados diante das negociações com os países afetados. “Sem o incremento em IA, a expansão seria muito baixa nos Estados Unidos. Na China, a desaceleração será resultado, especialmente, do menor consumo das famílias e da retirada de estímulos do governo chinês a alguns setores. O crescimento chinês, então, dependerá mais das exportações”, afirmou Fernandes.

O Banco Central Europeu deverá manter as taxas de juros ao longo do próximo ano em razão da atividade mais lenta, controle da inflação, preços mais baixos do petróleo e valorização do Euro. Os juros nos Estados Unidos devem ser cortados aos menos três vezes até meados de 2026, estimou Fernandes.

Guerra tarifária, terras raras

Para o chefe de estudos macroeconômicos da Coface, 2026 será marcado ainda pelas incertezas sobre os resultados da guerra tarifária do governo de Donald Trump. “Os Estados Unidos foram os primeiros a sofrer, pois a inflação e os preços ao produtor já subiram, o que pode aumentar a insolvência. Os investimentos prometidos nas negociações para redução de tarifas também não se concretizaram e Trump pode ameaçar com novas taxas em 2026, o que gera muita incerteza no cenário global”, ressaltou Fernandes, observando que o acordo tarifário com a China vence no próximo ano.

Até o momento, segundo especialistas, a política tarifária dos Estados Unidos tem gerado, de forma geral, impactos administráveis para os países da América Latina, que foram em busca também de novos mercados. A China aumentou as vendas para todo o mundo, incluindo países europeus, asiáticos e latino-americanos. O Brasil, cuja tarifa média observada de importação nos Estados Unidos estava em torno de 11% em agosto de 2025, também conseguiu driblar boa parte da queda do comércio para o mercado norte-americano vendendo para outros países, observou Krause.

“Claramente, o que temos agora é mais concorrência chinesa no mundo inteiro e a preços muito competitivos porque o consumo doméstico na China não recupera e eles têm grande capacidade produtiva”, explicou Fernandes, para quem o mercado de terras raras continuará ditando as regras do acordo tarifário entre China e Estados Unidos nos próximos anos. O país asiático domina 60% da mineração e 90% do refino desse insumo, fundamental na produção de equipamentos como celulares, computadores, mísseis e carros elétricos.

“Os acordos tendem a continuar, pois é muito difícil reduzir a dependência desse insumo até mesmo para os Estados Unidos, que estão tentando ganhar tempo, mas é um processo que precisa de muito investimento, tem custo de energia muito alto e causa muitos problemas ambientais. Assim, daqui a cinco ou dez anos, o mercado de terras raras ainda será muito dependente da China, que o controlará e poderá jogar com os preços, se assim o desejar.”, disse Fernandes.

Segundo Krause, há grandes oportunidades em terras raras e minerais críticos para América Latina, que tem reservas importantes. O Brasil, por exemplo, ocupa o terceiro lugar em reservas de terras raras, com 18% do total, atrás do Vietnã, com 19%, e da China, com 38%. “Há um grande potencial produtivo. Na América Latina, vários países estão no top 10 de minerais críticos (em termos de produção e/ou reservas), como grafite, níquel, lítio e cobre, com o Brasil também em posição relevante. Assim, esse setor será relevante nos próximos anos”, avaliou Krause.

Risco político, insolvência recorde

O risco político é um fator central para projeções econômicas em 2026. O aumento da polarização globalmente, tensões sociais e mudanças de governo podem gerar instabilidade e impactar investimentos, políticas fiscais e comerciais. Os especialistas alertam para a necessidade de monitoramento constante do ambiente político e de estratégias de mitigação por parte das empresas. Na América Latina o calendário eleitoral será intenso em 2026, com eleições presidenciais e legislativas em diversos países, incluindo o Brasil, com pleito presidencial em outubro.

O aumento das insolvências empresariais é uma tendência que tem sido observada globalmente, atingindo auge da década em 2025. “Não estamos vendo redução nessas pesquisas e estamos atentos para ver os impactos da política tarifária dos Estados Unidos nas empresas, que já estão operando com margens menores”, disse Fernandes. Na América Latina, segundo Krause, o acesso a dados de insolvência ainda é limitado em alguns países. Nos mercados onde essas informações estão disponíveis, como Brasil, Chile e Colômbia, os índices permanecem elevados em 2026. No Brasil, o volume de pedidos de recuperação judicial continua preocupante, afetando especialmente empresas de médio e pequeno porte.

Fonte: Coface/Tamer, em 01.12.2025.